

IMPORTÂNCIA DE INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

THE IMPORTANCE OF SOCIAL SOLIDARITY ENTERPRISE INCUBATORS FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT

Fabio Dias dos Santos¹
Maria José de Souza Barbosa²
Adebaro Alves dos Reis³

Área Temática II: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

A economia solidária, surgida no final do século XX e com raízes no século XIX, propõe um processo de organização do trabalho de modo autogestionário, ou seja, a horizontal, onde não um patrão, mas trabalhadores associados, visando a inclusão socioprodutiva e o desenvolvimento territorial. No Brasil a forma de produção ganhou força como resposta à exclusão dada pela reestruturação produtiva, nos centros mais desenvolvidos do capitalismo e pela falta de oportunidades e de infraestrutura em regiões rurais, à exemplo da Amazônia. Paul Singer (2000), por meio Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), impulsionou a economia solidária via política pública de apoio à formação e financiamento, baseada em atividades associativas e autogestionárias (EES), com posse coletiva, gestão democrática e repartição equitativa dos resultados, distinguindo-se da heterogestão, isto é, sob a lógica de organização vertical, com produção voltado exclusivamente ao mercado para obtenção de lucro individualizado. Nesse contexto, as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários (ITES), frequentemente ligadas a universidades, são cruciais. Elas atuam como mediadoras entre a academia e os trabalhadores, oferecendo apoio, formação e assessoria para a organização e viabilidade dos EES. Suas ações multifacetadas, informativas, formativas, organizativas e produtivas, promovem a geração de trabalho e renda. Apesar dos desafios, como a formalização e o acesso a mercados, as incubadoras são essenciais para a superação de barreiras, contribuindo para a gestão democrática e o planejamento estratégico dos EES. Busca-se com esse artigo mostrar a sustentabilidade das incubadoras universitárias, a longo prazo, tendo em vista se constituírem como uma ação da política de educação que visa integrar ensino, pesquisa e extensão às necessidades das populares. As incubadoras possibilitam a replicação de suas metodologias como uma ação complementar de apoio para consolidar a economia solidária, visto se constituírem como uma tecnologia social que favorece o combate à exclusão social ao promover ação de desenvolvimento territorial sustentável e igualitário.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Empreendimentos Solidários; Autogestão; Incubadoras; Desenvolvimento Territorial.

Abstract

The solidarity economy, emerging in the late 20th century with roots in the 19th century, proposes a self-managed model of work and production that aims for social inclusion and territorial development. In Brazil, it gained traction as a response to labor exclusion, driven by Paul Singer (2000) and the creation of SENAES (National Secretariat for the Solidarity Economy). It's based on associative and self-managed activities (Solidarity Economic

¹ Doutorando em Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares (IFPA). Administrador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém – PA, Brasil. E-mail: fabio.dias@ifpa.edu.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPDGEA, IFPA Campus Castanhal; majs@ufpa@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento (UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPDGEA, IFPA Campus Castanhal; adebaro.reis@ifpa.edu.br

Enterprises - SEE), featuring collective ownership, democratic management, and equitable income distribution. It distinguishes itself from capitalism through its market and state logic, prioritizing solidarity, self-management, and citizen participation. In this context, incubators for solidarity economic enterprises (ITES), often linked to universities, are crucial. They act as mediators between academia and workers, offering support, training, and advisory services for the organization and viability of SEEs. Their multifaceted actions — informative, formative, organizational, and productive — promote job and income generation, in addition to integrating teaching, research, and outreach with popular needs. Despite challenges such as formalization and market access, incubators are essential for overcoming these barriers, contributing to the democratic management and strategic planning of SEEs. Studying their long-term sustainability, the replicability of their methodologies, and analyzing the effectiveness of public support policies are fundamental to consolidating the solidarity economy as a powerful instrument for combating social exclusion and promoting sustainable and egalitarian territorial development.

Key words: Solidarity Economy; Solidarity Enterprises; Self-management; Incubators; Territorial Development

1. Introdução

1.1 Contextualização da economia solidária enquanto organização socioprodutiva dos trabalhadores livremente associados

A economia solidária surgiu com contexto das lutas sociais dos trabalhos em face das crises do capitalismo nos anos finais do século XX e se trata de uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção, envolvendo um amplo conjunto de práticas coletivas que buscam novas estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial. Suas raízes mais longínquas situam-se no século XIX europeu, quando a proletarização do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e as primeiras cooperativas autogestionárias, portanto, uma experiência intimamente ligada a matrizes intelectuais que evoluíram, por caminhos diversos, à exemplo dos socialistas utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas (Gaiger, 2003).

No Brasil, a economia solidária ressurge no final do século XX. Constitui uma resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. A expressão "economia solidária" ganhou visibilidade e valor nas agendas de movimentos sociais e sindicais e, mais tarde, também pelo meio acadêmico e o setor público na região. Paul Singer (1996) em artigo publicado na Folha de São Paulo, utilizando a expressão "Economia solidária contra o Desemprego". Nesse artigo, a economia solidária é colocada como uma espécie de política pública, centrada na microeconomia, afirmando que as cooperativas constituem componentes essenciais para a produção que prioriza o trabalho e o consumo, não o lucro. Em 1998, Singer organizou o livro "A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego", onde divulgou experiências analisadas por diversos pesquisadores. Em 2001, Singer lançou o

livro "Introdução à economia solidária", obra de referência para novos estudos, tornando-se referência. Em 2003, Singer foi escolhido para comandar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), pasta ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, permanecendo no cargo até 2016. Este conjunto de acontecimentos foi fundamental para a apropriação conceitual do termo e sua institucionalização discursiva, tanto no meio acadêmico como nas organizações representativas dos trabalhadores, até mesmo em experiências de "empresas recuperadas" pelos trabalhadores. (Faria, 2011).

Desde os anos 1990, uma série de organizações e movimentos sociais aderiram à expressão economia solidária, para definir uma identidade coletiva e uma visão de mundo particular quanto à estruturação do trabalho e da sociabilidade. O movimento de economia solidária no Brasil desenvolveu um repertório com rotinas diversificadas de ação coletiva e um padrão de interação ativo com o poder público, aproveitando oportunidades políticas contextuais importantes. A inserção do tema na agenda do governo federal passou a ser incorporado em diferentes Planos Plurianuais (Addor; Maia; Oliveira, 2020).

A economia solidária, sob essa compreensão, designa um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionárias, com experiências concretas que comumente são classificadas como empreendimentos de economia solidária (EES). Seus princípios básicos incluem a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática por participação ou representação e a repartição da receita líquida, isto é, as sobras.

A solidariedade e a autogestão são traços comuns e princípios fundamentais dos empreendimentos econômicos solidários, visando que todos participem das decisões, características que os diferenciam fundamentalmente das empresas capitalistas. A gestão democrática é outro elemento essencial que traz de modo imanente às relações intersubjetivas de trabalho coletivo, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas, e superação do trabalho alienado.

A economia solidária em sua lógica distinta do mercado capitalista, embora dele dependa para a realização do circuito de comercialização, assim como do Estado, a fim de garantir a regulamentação de suas práticas socioprodutivas, indicando a possibilidade de democratização da economia e a promoção de vínculos sociais de ajuda mútua. Sua característica fundamental é a articulação entre as dimensões econômica, social e política, a fim de abranger iniciativas da sociedade civil, que não se encaixam na trilogia cooperativas, mutualidades e associações de grande porte.

Assim, a economia solidária apoia-se em atividades econômicas para realizar objetivos sociais e afirmar ideais de cidadania, englobando experiências de naturezas distintas, como

cooperativas de produção/consumo, serviços, clubes de troca, empresas recuperadas, cooperativas de crédito, projetos comunitários, associações de agricultores e grupos informais, além de incorporar questões relacionadas à ecologia e ao desenvolvimento sustentável, uma vez que priorizam a sustentabilidade e solidariedade como ações emergentes e convergentes.

Assim, entende-se que o desenvolvimento sustentável faz sentido no âmbito da economia solidária, regida pela solidariedade e ajuda mútua e não pelo lucro. A economia solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, devido se constituir como uma organização da produção e reprodução da sociedade visando reduzir desigualdades e difundir valores da solidariedade humana (Gaiger, 2003).

1.2 Papel das incubadoras na promoção do desenvolvimento territorial

O campo da economia solidária conta com diversas organizações que oferecem apoio e assessoria a seus empreendimentos e grupos de produção informais, enquanto entidades de apoio e fomento (EAFs). Este campo se constitui a partir de instituições e redes técnicas que procuraram dar suporte e fomento da economia solidária em todo o território nacional. Elas atuam como difusores do cooperativismo e do associativismo, ao favorecerem o acesso a serviços de assessoria e capacitação técnica é fundamental para a organização e viabilidade econômica desses empreendimentos (Gaiger, 2013).

As incubadoras tecnológicas de economia solidária (ITES), por exemplo, surgem como um dos principais espaços de apoio à construção de caminhos contra hegemônicos, na medida em que representam iniciativas acadêmicas que incentivam a interação do meio universitário com grupos de trabalhadores, envolvidos na construção de empreendimentos econômicos cooperativos.

As incubadoras atuam como política de apoio à construção de uma nova economia, e estimulam a criação de grupos universitários capazes de aproximar a ciência e os conhecimentos científicos em troca com os saberes populares, portanto, visando fortalecer uma visão da universidade mais integrada à sociedade. Inicialmente, as incubadoras como laboratório do exercício da prática, buscam oferecer formação no campo da extensão universitária, visando promover meios de geração de trabalho e renda pelos próprios indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Ao longo dos anos, as incubadoras amadureceram sua proposta. Atualmente, apoiam a formação e a consolidação dos empreendimentos. Possuem enfoques mais amplos, como o apoio a cadeias produtivas e redes de comercialização. Igualmente, objetivam transformar internamente a universidade, aproximando-a dos interesses e necessidades dos setores

populares. Elas articulam intensamente ensino, pesquisa e extensão. Para Barbosa e Eid (2012) às demandas por formação, acompanhamento técnico e assessoramento a empreendimentos solidários, exigem a formação de profissionais voltados ao conhecimento das demandas dos sujeitos locais sob a troca de conhecimento em sinergia com as práticas produtivas das sociedades rurais, os remetendo à reconstrução das trajetórias dos sujeitos sociais a fim de estabelecer trocas permanentes das vivências pessoais e coletivas como uma estratégia de cooperação.

Centros públicos e incubadoras de economia solidária atuam como programas que apoiam e fomentam os empreendimentos econômicos solidários a fim de viabilizarem estratégias de organização e associação voltados à promoção, fortalecimento e expansão de ações capazes de gerar trabalho e renda com ênfase no desenvolvimento local, portanto, sob a base da solidariedade. As Incubadoras representam, nesse sentido, um espaço rico de construção acadêmica na relação direta com os sujeitos locais, em ações em que há a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, se constituem como laboratórios para a autogestão, oferecendo alternativas possíveis de funcionamento que concorrem com as formas já instaladas, podendo ter apoio do poder público local para facilitar a inserção dos empreendimentos, reconhecendo-os e articulando-os como sujeitos políticos nos territórios (Addor, Maia, Oliveira, 2020; Barbosa e Eid, 2012; Barbosa 2012a; Barbosa, 2012b).

Os objetivos principais de uma incubadora de economia solidária incluem assessorar empreendimentos, produzir e disseminar conhecimentos sobre o tema, formar quadros, inserir o tema na instituição de ensino superior, incentivar formação de redes, promover formação política, e contribuir para a formação de outras incubadoras (Gadotti, 2009).

1.3 Incubadoras e relevância científica/social de suas ações de ensino, pesquisa e extensão

As incubadoras tecnológicas atuam na ação da extensão política universitária de apoio à construção de uma nova economia. Estimulam grupos universitários que fortalecem uma visão da universidade mais integrada à sociedade. Buscam oferecer formas permanentes de geração de trabalho e renda e apoiam a formação e consolidação dos empreendimentos. Objetivam transformar internamente a universidade, articulando ensino, pesquisa e extensão com os interesses populares.

As Incubadoras universitárias representam um rico espaço para construção acadêmica ao efetivarem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como laboratórios de experiências na relação direta com empreendimentos econômicos autogestionários. Nas incubadoras a economia solidária ganha densidade acadêmica, social e política, que vem

impulsionando o crescimento de pesquisas sobre grupos produtivos e estruturas governamentais de apoio, com base na interdisciplinaridade.

As incubadoras contribuem para a produção e disseminação de conhecimentos sobre os empreendimentos de economia solidária a fim de formar quadros com expertise para atuar em realidades em que a falta de acesso a condições de serviços públicos de uso comuns, o que obstaculizam o desenvolvimento rural. Neste sentido, as incubadoras universitárias ao se deslocarem dos *campi* para as comunidades a fim de favorecer o acesso à formação e assessoramento técnico, inovam o próprio ensino superior (Silva, 2018).

2. Metodologia

O presente artigo configura-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada pela revisão bibliográfica, portanto, visou-se evidenciar a importância das incubadoras universitárias no processo de apoio a empreendimentos econômicos solidários, particularmente, em suas estratégias de desenvolvimento territorial.

A metodologia enfocou na análise sintética de uma seleção bibliográfica e em documentos relevantes sobre a temática das incubadoras universitárias, tendo como finalidade entender a importância e o papel das incubadoras na construção de práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de demandas dos empreendimentos econômicos solidários, no que diz respeito à formação e assessoramento técnico, portanto, na compreensão e discussão dos conceitos e princípios que sustentam esse campo de conhecimento em construção.

Assim o levantamento e seleção da bibliografia teve-se a um procedimento criterioso em relação às obras de autores referenciados no campo da economia solidária, à exemplo de Paul Singer (2002, 2005), Inácio Gaiger (2003, 2013), Ademar Faria (2009), e estudos realizados no âmbito de instituições como o IPEA, portanto, buscou-se contemplar perspectivas históricas, conceituais e práticas relacionadas à temática, seguindo uma proposta de organização ensejada pelo referencial teórico obtido por meio de busca sistemática, que possibilitou a estruturação do próprio artigo, em seções como: a) economia solidária, particularmente na exploração de conceitos e princípios fundamentais, como autogestão, cooperação e solidariedade; b) desenvolvimento territorial tendo como perspectivas a definição de abordagens teóricas, que incluíram nomenclaturas como desenvolvimento endógeno, sustentável e participativo e o papel dos atores locais; c) incubadoras universitárias de empreendimentos solidários, especialmente, na análise de suas ações, extensionistas de ensino e pesquisa, metodologia de incubação.

Os resultados da busca e seleção de textos possibilitaram a análise de conteúdo como pensa Bardin (2011) a fim de construir uma compreensão coerente à luz do debate dos autores selecionados. Isso permitiu identificar desafios e potencialidades das incubadoras universitárias na ação direta com os empreendimentos econômicos solidários e, finalmente, evidenciar o papel crucial destas como mediadoras na construção de uma nova economia e no fomento do desenvolvimento territorial. Desta forma, a interpretação relativa aos textos nos possibilitou realizar uma síntese em relação aos achados, os quais levaram à compreensão sobre a importância das incubadoras, embora observando que elas traçam um caminho do ponto de vista de uma prática educacional que busca a relação direta com os sujeitos sociais dos empreendimentos econômicos solidários, inclusive, levando-nos a sugerir a difusão dos conhecimentos produzidos pelas incubadoras na relação direta com esses sujeitos coletivos.

3. Referencial Teórico

3.1 Economia Solidária: autogestão, cooperação, solidariedade enquanto princípios essenciais a uma nova cultura organizativa do trabalho associado

Os princípios básicos que caracterizam essas iniciativas incluem a posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que os utilizam, a gestão democrática por participação direta ou por representação em grupos maiores, e a repartição da receita líquida entre os associados (Silva, 2018).

A solidariedade é um traço comum compartilhado pelos participantes. Entende-se que a solidariedade não pode estar separada da autogestão. A autogestão é um dos princípios fundamentais da economia solidária (Singer, 2002). Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam receber formação para a gestão coletiva do próprio empreendimento (Gadotti, 2009). A autogestão encontra meios adequados para canalizar o poder de decisão das pessoas ao modo como se organizam suas próprias condições de vida, redefinindo arenas de participação para que cada trabalhador/consumidor em uma economia possa influenciar os resultados de deliberações na proporção do impacto que esses resultados têm sobre eles (Brancaleone, 2020).

O ideal da autogestão é, a um só tempo, cerne e motor da proposta de economia solidária. A autogestão permite destituir empresas de seu caráter vertical, hierárquico, autoritário e privatista. A autogestão é o meio de pôr em aplicação o princípio de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas

organizacionais de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no local da empresa e no local de moradia.

A autogestão social ou as organizações coletivistas de produção associada (OCPA) não são uma nova economia nem uma economia solidária. A autogestão tem uma dimensão social e somente pode existir autogestão nas unidades produtivas quando o sistema social for autogestionário. Sob o capitalismo, os empreendimentos chamados de autogestionários não constituem autogestão, mas OCPA, que têm características autogestionárias e se apresentam como formas de resistência ou modelos alternativos aos do sistema de capital (Faria, 2017).

A cooperação na esfera do trabalho, uma vez internalizada como prática cotidiana, pode propiciar fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo diretamente para sua viabilidade (Gaiger, 2001). A economia solidária está baseada no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão. Esses grupos, organizados nas mais distintas atividades econômicas, são conhecidos no Brasil como EES. Eles têm a peculiaridade de desenvolver tanto o sentido empresarial, em busca de resultados positivos, quanto o sentido solidário, através da cooperação entre os associados.

A economia solidária se assenta em visões de mundo, e visões de mundo orientam instituições (Brancaleone, 2020). Tais valores podem ser úteis tanto para criticar as instituições existentes quanto para indicar a necessidade de reforma ou criação de novas instituições. As iniciativas de economia solidária distinguem-se das empresas capitalistas porque têm uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas e superação do trabalho alienado (Gadotti, 2009).

A economia solidária caracteriza-se como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta, tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado, indicando a possibilidade de democratização da economia, bem como da promoção de vínculos sociais de ajuda mútua.

A característica fundamental da economia solidária é a articulação entre as dimensões econômica, social e política. A economia solidária busca abranger a originalidade de iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia cooperativas, mutualidades e associações de grande porte. É um conjunto de iniciativas que, apoiadas por atividades econômicas, busca a realização de objetivos sociais, concorrendo para a afirmação de ideais de cidadania (Braz; Cardoso, 2013).

Os empreendimentos econômicos solidários são atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. A economia

solidária engloba experiências de naturezas distintas, como cooperativas de produção e/ou de consumo, cooperativas de prestação de serviços, clubes de troca, autogestão de empresas recuperadas pelos trabalhadores, cooperativas de crédito, projetos comunitários de produção, associações de pequenos agricultores, grupos e microempresas informais, entre outros.

As finanças solidárias, um ramo específico da economia solidária, relacionam a lógica do crédito e da poupança local à perspectiva da economia solidária. Suas atividades são mediadas por princípios multidimensionais, de caráter mercantil, não mercantil, monetário e não monetário, e se estruturam em torno de necessidades territorialmente contextualizadas.

As experiências de finanças solidárias definem suas práticas a partir de algumas premissas básicas, entre as quais estão: i) não há finalidade lucrativa; ii) o propósito econômico está subordinado à sua utilidade social; iii) apoiam-se em relações de proximidade; e iv) buscam o controle coletivo do dinheiro, como iniciativa de democracia econômica (França Filho, 2006).

A economia solidária incorpora o tema da ecologia e do desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade e solidariedade são temas emergentes e convergentes. A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizada, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos. Os empreendimentos solidários orientam-se pelos princípios do comércio equitativo e da incorporação de regras de proteção dos produtores, dos consumidores e do meio ambiente. Buscam a troca recíproca de saberes e de sistemas, evitando o risco do crescimento invasivo, e têm preocupação com o desenvolvimento associativo (Gadotti, 2009).

3.2 Desafios e potencialidades dos empreendimentos solidários

O mundo da economia solidária é cheio de conflitos e contradições. Muitos são os desafios enfrentados: a sua própria expansão, a consolidação das redes e cadeias produtivas, a sua relação com o sindicalismo, a certificação dos empreendimentos solidários e de seus produtos, a melhoria das condições de trabalho.

Os Empreendimentos de Economia Solidária enfrentam questões estruturais no exercício de suas atividades, isso inclui a disponibilidade de máquinas e equipamentos adequados, a formalização e assessoramento técnico, dificuldades de inserção em novos mercados, acesso limitado a incentivos fiscais e creditícios e dificuldades de articulação em rede.

O tamanho dos empreendimentos de economia solidária, embora na maioria das vezes seja pequeno, não se constitui como uma barreira, na medida em que os associados conseguem ter a dimensão de suas atividades desde os processos produtivos até dos canais de circulação e

comercialização, o que favorece o planejamento horizontal, no entanto, as dificuldades enfrentadas no cotidiano e a necessidade imediata de seus trabalhadores associados, se constitui como limite a definição de estratégias de longo prazo e de inovação, mas essas limitações não são exclusivas da economia solidária, pois são elementos comuns à maioria das micro e pequenas empresas no Brasil (Gaiger, 2003).

Outro elemento que desafia os empreendimentos de economia solidária é a autogestão em termos do caráter técnico, tendo em vista que muitos empreendimentos econômicos de economia solidária são formados por trabalhadores com baixa escolaridade. Essa é uma realidade principalmente paraense, onde esses empreendimentos surgem em função da falta de oportunidades e de acesso às políticas públicas de promoção social, como a educação e a formação técnico-profissionalizante, os deixando vulneráveis do ponto de vista dos conhecimentos necessários agregação de valor aos produtos da economia solidária.

Nesse sentido, mesmo quando esses empreendimento têm acesso a formação via incubação, estas se dão de modo parcial, pois as ações são realizadas em caráter da extensão universitária, assim embora seja importante é incipiente em face das questões estruturais que os empreendimentos enfrentam no dia a dia, como as instalações precárias, as condições das vias de transportes, dentre outras condições de desenvolvimento, o que exige empenho permanente dos atores envolvidos na articulação de redes técnicas, políticas, econômicas e institucionais.

O diferencial autogestionário na economia solidária é encarado como um ponto de chegada e ponto de partida, pois é esse caráter democrático e participativo que leva os empreendimentos a conquistarem espaços e criarem mecanismos de enfrentamento às adversidades, por isso que os empreendimentos não se tratam de uma organização especificamente econômica, pois a ultrapassagem das fronteiras econômicas os leva a se constituírem na perspectiva da autonomia autogestionárias, uma construção que não é fácil e nem mesmo automática, ela ocorre no processo no dinâmica de sua própria estrutura organizacional, como algo a ser construído em seu cotidiano operacional.

No caso brasileiro, há pouco relacionamento entre as Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs) e a economia solidária, mostrando certo isolamento das experiências. Boa parte destas nunca teve contato com qualquer tipo de organização, fórum ou empreendimento de economia solidária, nem com outras ERTs. O pouco contato existente entre as ERTs limita as possibilidades de estabelecer vínculos solidários e comerciais, que seriam importantes para melhorias e avanços, mesmo quando a economia solidária tenha avançado em termos das condições de acesso a mercados, como os institucionais, uma resultante das lutas

dos próprios trabalhadores, que penetrou as esferas das políticas públicas no Brasil, como se evidencia nos chamados mercados institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), embora a burocracia seja um dos desafios a serem superados para que mais empreendimentos tenham acesso.

A economia solidária, no entanto, ao abarcar vários tipos de experiências sob uma definição genérica, acaba por descaracterizar formas específicas de organização e gestão, dificultando o processo de aprender com suas experiências práticas, gerando uma imprecisão conceitual, que pode induzir a uma falsa representação do real de suas formas de organização e construção (Faria, 2011).

Apesar dos desafios, a economia solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, por apresentar uma alternativa viável de geração de trabalho e renda. Ela pressupõe refletir sobre a organização da produção e da reprodução da sociedade, de modo a diminuir as atuais desigualdades e difundir os valores da solidariedade humana. A cooperação na esfera do trabalho, não se dá de modo despótico como na empresa convencional, uma vez que sua formação ocorre por adesão voluntária, internalizada como prática cotidiana, podendo propiciar fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo diretamente para sua viabilidade (Gaiger, 2003).

O sucesso dessas experiências depende da capacidade de complementaridade e articulação de suas lógicas intrínsecas, tanto no sentido empresarial quanto no sentido solidário. É por essa razão que se destaca a necessidade de estudo sistemático das experiências existentes – considerando tanto o grau de horizontalidade, participação e democratização realizado internamente nas organizações, quanto a capacidade de articulação externa com outras organizações e atores sociais – o que permitiria produzir leituras em pequena e média escala sobre os fenômenos de autogestão nos empreendimentos econômicos solidários.

Os dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies) fornecem uma gama de informações que permitem conhecer a quantidade de Empreendimentos Econômicos Solidários, sua distribuição e suas principais características organizacionais, a fim de possibilitar o surgimento de uma série de novos estudos quantitativos e qualitativos sobre o universo da economia solidária no Brasil (Silva, 2018).

A economia solidária como movimento social demonstra a intencionalidade de sua ação política e social na criação de determinadas práticas, valores, instituições e realidades. Uma leitura macrossocial do fenômeno, permite perceber que a atuação de grupos e agentes sociais

favoreceu a consolidação de uma identidade política e a formação de redes de colaboração e apoio mútuo entre seus participantes (Brancaleone, 2020).

A perspectiva elaborada pelos autores da Economia Participativa é relevante, pois introduz a autogestão como princípio vetor de uma nova institucionalidade econômica, mediante um esforço pertinente de desenhar alternativas possíveis. As informações debatidas apontam algumas possibilidades de intervenção por meio de programas específicos de apoio e fomento. Entre os principais pontos passíveis de apoio governamental estão os programas diferenciados de crédito, assessoramento técnico e parceria com a rede de entidades de apoio, programas de divulgação de produtos, fornecimento de estruturas físicas e apoio a eventos de comercialização, compras públicas de produtos específicos, e manutenção de canais atualizados de produção e disseminação de informações (Brancaleone, 2020).

3.3 Desenvolvimento Territorial: definições e abordagens teóricas enquanto desenvolvimento endógeno, sustentável e participativo

O desenvolvimento territorial designa um processo centrado em um território concreto, em que uma pluralidade de atores estabelece relações em função de objetivos e projetos comuns. Esta abordagem contrasta com a visão tradicional de desenvolvimento, muitas vezes vista como uma imposição cultural herdeira do saber ocidental e colonial.

A perspectiva convencional pressupõe um caminho linear para se atingir o desenvolvimento, partindo de uma sociedade "atrasada" em direção a uma sociedade "moderna". Essa visão desenvolvimentista e colonialista utilizou o conceito de desenvolvimento de forma colonizadora, dividindo países entre "desenvolvidos", "em desenvolvimento" e "subdesenvolvidos", sempre remetendo a um único padrão de industrialização e consumo. Metas de desenvolvimento foram impostas, resultando em aumento da miséria, violência e desemprego (Acosta, 2014).

No contexto da economia solidária, o desenvolvimento territorial pode ser compreendido sob diferentes abordagens. Uma delas é a perspectiva endógena, onde a comunidade e suas relações sociais internas adquirem o papel principal no processo de desenvolvimento. Esta abordagem busca construir estratégias de desenvolvimento territorial baseadas em uma nova lógica econômica, com circuitos socioprodutivos intrincados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de uma dada localidade. Outra abordagem, contrastante é a exógena, em que as instituições locais seriam meras executoras de ações e projetos formulados por atores externos (França Filho, 2006).

A noção de desenvolvimento sustentável emerge e se associa à discussão do desenvolvimento territorial, embora seu significado não seja neutro e possa ser interpretado de formas opostas. O termo "desenvolvimento sustentável" apareceu pela primeira vez no "Relatório Brundtland" em 1987, definido como um processo de transformação em que a exploração de recursos, a direção de investimentos, o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam para atender necessidades e aspirações humanas presentes e futuras. O tema do desenvolvimento sustentável incorporou-se à economia solidária, sendo considerados temas emergentes e convergentes (Gadotti, 2009).

A participação é um elemento crucial nas abordagens de desenvolvimento territorial relacionadas à economia solidária. O autocentrismo, como base para as transições na perspectiva do Bem Viver, é um processo que supõe a participação de atores organizados a partir de um território concreto, com vontade consciente e direção política.

A estratégia autocentrada consiste em um processo de autoconstrução do poder popular, exigindo o fortalecimento dos espaços comunitários. O desenvolvimento autocentrado baseia-se no desenvolvimento de forças produtivas endógenas e em um processo político de participação plena, construindo contra poderes no âmbito local. A participação na elaboração, implementação e gestão de ações de desenvolvimento local não se restringe a instâncias governamentais, inclui atores da sociedade civil e política circunscritos ao território (Singer, 2005).

3.4 Papel dos atores locais no desenvolvimento da economia solidária com apoio das Incubadoras universitárias

As universidades, por meio de incubadoras tecnológicas de economia solidária (Ites) e da extensão universitária, promovem projetos de tecnologia social e inovação no âmbito dos empreendimentos solidários, ligando-se ao desenvolvimento territorial.

O poder público local pode facilitar a inserção dos empreendimentos de economia solidária no mercado, reconhecendo-os como elementos necessários e integrados aos planos de desenvolvimento local e articulando-os com políticas territoriais e outros agentes locais. A articulação de políticas e agentes facilita o acesso ao mercado e a diminuição do tempo de incubação. No entanto, a inserção da economia solidária na agenda governamental brasileira revelou-se um ato desafiador para a administração pública (Silva, 2020).

3.5 Indicadores de desenvolvimento territorial em termos social, econômico, ambiental e cultural

A necessidade e importância de indicadores para entender a dimensão da economia solidária exige alerta, uma vez que há limitações e riscos de se basearem apenas em critérios de rentabilidade econômica, nesse sentido, a institucionalização do desenvolvimento humano em um único indicador, pela ONU, é criticada por matar seu potencial transformador. Sugere-se que possíveis indicadores para como o Bem Viver sejam vitais, pois contemplem o mundo dos "bons convivas", como uma diversidade e de múltiplos elementos apropriados a cada realidade, para evitar a armadilha conceitual da Modernidade (Acosta, 2014).

Assim, nas pesquisas sobre empreendimentos de economia solidária (EES) é preciso caracterizar suas dimensões socioestruturais, como econômica, sociais e política. O Sistema de Informação sobre Economia Solidária (SIES), como base de dados, permite análises sobre o perfil socioeconômico, formas de gestão e resultados dos EES, visando a criação de um banco de dados para a avaliação do impacto dos empreendimentos econômicos solidários para a sociedade brasileira, inclusive o apoio das incubadoras em EES, que potencializam as ações dos empreendimentos nas transformações que vão além da melhoria na renda, incluindo impactos sobre a participação nas decisões, autoestima, reconhecimento, cooperação, relações com o entorno e condições de trabalho, sendo a geração de renda um dos itens de impacto (Gaiger, 2013).

As motivações dos empreendimentos de finanças solidárias (EFS) incluem o desenvolvimento comunitário de capacidades/potencialidades, visando a sustentabilidade das práticas de finanças solidárias baseadas na combinação de autofinanciamento, com a lógica de subvenção, com sua vocação é ser reconhecida como mecanismo para inovação em políticas públicas de desenvolvimento local, isso porque geram inúmeros efeitos indiretos sobre a qualidade de vida das pessoas, caracterizando sua utilidade social, ecológica ou comunitária (Silva, 2020).

A Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária reforçou os princípios do trabalho autogestionário e do ideal de desenvolvimento territorial sustentável e igualitário, com respeito à diversidade. A análise do processo orçamentário da política de economia solidária no Brasil buscou identificar padrões temporais na execução e fatores institucionais intervenientes sobre os resultados obtidos, o que permite afastar interpretações simplistas de que problemas de execução se devam unicamente à incapacidade de gestores, considerando as condições ou conjunturas adversas sob as quais atuam (Silva, 2020).

3.6 Incubadoras de Extensão Universitárias e suas contribuições aos Empreendimentos Econômicos Solidários

As incubadoras tecnológicas de economia solidária (Ites) surgem como um dos principais espaços de construção de caminhos contra-hegemônicos. Representam iniciativas acadêmicas que incentivam a interação do meio universitário com grupos de trabalhadores envolvidos na construção de um empreendimento econômico cooperativo.

Inicialmente essas incubadoras buscam oferecer formas permanentes de geração de trabalho e renda para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Ao longo dos anos, as incubadoras amadureceram sua proposta. Hoje, apoiam a formação e a consolidação dos empreendimentos, na medida em que possuem enfoques mais amplos, como o apoio a cadeias produtivas e redes de comercialização, objetivando transformar internamente a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares, articulando intensamente ensino, pesquisa e extensão (Addor; Maia; Oliveira, 2020).

Os objetivos principais de uma incubadora de economia solidária incluem assessorar empreendimentos de economia solidária, produzir e disseminar conhecimentos sobre o tema, formar quadros no campo da economia solidária, inserir o tema na instituição de ensino superior, incentivar formação de redes, promover formação política na incubadora, e contribuir para a formação de outras incubadoras (Dal Ri, 2010).

3.6.1 Metodologias de incubação com vistas à formação, assessoria técnica, apoio à gestão

O apoio das incubadoras aos empreendimentos solidários não se restringe a aspectos informativos e formativos, mas envolve também aspectos organizativos e produtivos (Gadotti, 2009). A formação em economia solidária deve partir da realidade e das necessidades de cada empreendimento, pois exige o acompanhamento, através de metodologia da incubação ou assessoria permanente, que serve como base para identificar demandas e planejar estratégias de formação e assessoramento técnico.

A formação pode ocorrer em níveis diferentes: cursos de sensibilização e cursos de aprofundamento, pois a economia solidária exige adaptar certas estratégias de empresas convencionais, o que observado no âmbito da metodologia de incubação, em que a atuação no trabalho educativo demanda coerência entre o método e o conteúdo. Desta forma, as práticas autogestionárias são atualizadas no ambiente de formação e se constituem em processo educativo, o que implica desenvolver documentos e instrumentos de gestão, como estatuto social, normas internas, regimento interno, acordos e plano de negócios, também representa um processo educativo, além de realizar intercâmbio entre trabalhadores de diferentes empresas, empreendimentos ou regiões é um recurso formativo valioso (Dal Ri, 2010).

As Ites desenvolvem metodologias adaptadas às demandas dos grupos populares. Estas metodologias abrangem aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Buscam desenvolver formas de gestão mais democráticas e participativas. Visam o bem-estar dos trabalhadores (Silva, 2020).

As cinco atividades mais realizadas no âmbito da incubação, segundo Silva (2020), em análise de depoimentos de coordenadores de incubadoras são a qualificação profissional, técnica, gerencial; assessoria no planejamento e plano de negócios; assistência técnica e/ou gerencial; elaboração de projetos; e formação sociopolítica, dentre outros tipos de assessoramento demandado pelos empreendimentos, o que inclui assessoria à elaboração de projetos e assessoria na formalização do empreendimento.

As incubadoras frequentemente dividem o processo de apoio aos empreendimentos em pré-incubação, incubação e pós-incubação (Eid, 2002). No entanto, o tempo de cada fase varia significativamente, assim como o uso de ferramentas específicas, como diagnóstico, estudo de viabilidade, planejamento estratégico ou plano de negócios, marcam a mudança de fase.

Os principais focos de apoio das incubadoras englobam a estruturação da gestão, o desenvolvimento do processo produtivo, e a melhoria da comercialização, enquanto estudos e aplicação de técnicas voltadas a formulação do diagnóstico, plano de negócios e estudo de viabilidade os quais são frequentemente utilizados pelas incubadoras. Estas ações precisam estar adaptadas à realidade de um empreendimento solidário, diferenciando-se das práticas tradicionais em empresas privadas, a fim de se criarem artefatos inovadores, como cartilhas e manuais, que auxiliam na educação e formação dos grupos sempre em relação direta com os empreendimentos, sob o risco de uma invasão e não de uma extensão universitária (Silva, 2020).

A pedagogia da alternância trazida das experiências dos trabalhadores, para as incubadoras universitárias se contribui como um avanço no progresso de formação voltadas aos empreendimentos de economia solidária, uma vez que os trabalhadores livremente associados, muitas vezes, não podem sair de seus espaços produtivos para acessarem formação e assessoria a seus empreendimentos e é aí que as incubadoras ganham espaço no processo de construção da economia solidária enquanto alternativa desenvolvimento, pois nas incubadoras se associa estudo e trabalho, espaços educativos presenciais e não presenciais, formais e informais, reflexão sobre a prática e sistematização da experiência na relação direta com os sujeitos das ações, um aprendizado constante para ambos, incubadora e trabalhadores livremente associados (Gadotti, 2009).

3.6.2 Incubação nas diferentes perspectivas: das universitárias, comunitárias às governamentais

No universo da economia solidária, diferentes tipos de organizações atuam no apoio e fomento. Incluem organizações civis como organizações não governamentais (ONGs), universidades, entidades sindicais, e organismos de pastoral social. Também existem órgãos de articulação política como movimentos sindicais, redes de troca, centrais de cooperativas e fóruns de economia solidária (Gaiger, 2013).

A SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criou o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES). Algumas iniciativas surgiram e se desenvolveram a partir da organização espontânea dos trabalhadores, embora muitos empreendimentos dependam do apoio de políticas públicas, incubadoras, organizações religiosas, da sociedade civil ou de trabalhadores (Silva, 2020).

Assim, as entidades ligadas ao movimento de trabalhadores, como sindicatos e centrais, fornecem apoio. Organizações ligadas ao "Sistema S", como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), também oferecem suporte. Entidades ligadas ao poder público, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), atuam na assessoria. (Silva, 2020). As incubadoras universitárias (Ites ou ITCPs) são parte significativa deste ecossistema. Existem mais de oitenta incubadoras universitárias no Brasil. Elas se localizam predominantemente em universidades federais (50%), estaduais (19%) e outros institutos. Uma parte significativa delas situa-se no interior dos estados (65%).

A proliferação desses grupos relaciona-se à existência de políticas públicas como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), no entanto é importante destacar que as incubadoras mais antigas diversificam suas fontes de recursos, buscando financiamentos estaduais, municipais, do setor privado ou terceiro setor.

As universidades, por exemplo, fornecem apoio em infraestrutura fundamental para o funcionamento das incubadoras, como a criação do Núcleo de Economia Solidária em diferentes estruturas das universidades, podendo estar vinculadas às Pró-reitorias de extensão ou mesmo a departamentos, por exemplo, indicando a necessidade de atenção e dedicação das universidades a este campo (Silva, 2020).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) enquanto estrutura formal da política pública voltada aos empreendimentos de economia solidária tem criado Programas governamentais de apoio a iniciativas dos empreendimentos, mas também a centros públicos de economia solidária, representando um passo importante na estruturação de equipamentos públicos voltados a prestar assistência técnica e ampliar espaços de divulgação e comercialização dos empreendimentos de economia solidária (Silva, 2020), portanto, o poder

público local pode facilitar a inserção dos empreendimentos, reconhecendo-os e articulando-os com políticas territoriais.

A política de economia solidária no estado de São Paulo, por exemplo, contemplou ações integradas e suporte a grupos de catadores, promovendo formação, incubação e assessoria. Convênios com organizações da sociedade civil, incluindo incubadoras universitárias, realizaram o trabalho de incubação em São Paulo (Silva, 2020).

4. Resultados/Discussões

O debate sobre a economia solidária (ES) e a autogestão, analisando suas características, propósitos e desafios à luz de diversas perspectivas teóricas e empíricas apresentadas nos documentos analisados nos levou a observação quanto a consolidação da economia solidária enquanto um campo de pesquisa multidisciplinar, e descentralizado no Brasil, com uma variedade de abordagens metodológicas.

A produção bibliográfica na área, embora predominantemente qualitativa, tem crescido, especialmente após a criação do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), que supriu parte da lacuna de dados quantitativos (Silva, 2018), como se procura mostrar nos subitens que seguem.

4.1 Economia Solidária e suas diferentes vertentes

A economia solidária é caracterizada como um modo de produção e um campo de práticas econômicas e não econômicas, que se distingue nitidamente do setor privado capitalista. Seus princípios fundamentais são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, ao contrário da gestão capitalista, focada no acúmulo de capital e lucro, a gestão solidária visa à melhoria da qualidade de vida dos associados, a um modo de vida sustentável e ao bem viver da população (Gadotti, 2009).

Paul Singer (2005) afirma que a economia solidária é uma “práxis eminentemente pedagógica” e um “ato pedagógico”, necessitando de uma pedagogia própria, ensinada principalmente pelo exemplo (Gadotti, 2009).

4.2 Natureza da Economia Solidária e da Autogestão

Há um intenso debate na literatura sobre se a economia solidária com controvérsia sobre o fato da economia solidária se constituir como um "novo modo de produção" e qual o verdadeiro alcance da autogestão em seu interior, como pode ser visto no debate entre Singer (2000) e Gaiger (2003). Assim embora Paul Singer (2000, 2002, 2003, 2006) seja um dos

principais teóricos que defendem a economia solidária, é preciso realizar a crítica desta perspectiva, tendo em vista que a economia solidária não se constitui como um todo hegemônico, daí estarmos em acordo com Gaiger (2003) quando apresenta a discussão da economia solidária diante do modo de produção, na medida em que há efetivamente a coexistência, de modo subsumido aos interstícios do capitalismo, mas está longe de um potencial de superação.

Para Singer (2000, 2002, 2003, 2006), a cooperativa de produção é a unidade típica da economia solidária, baseada na posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática e repartição da receita líquida entre os cooperadores. Ele argumenta que a aplicação desses princípios une os produtores em uma única classe de trabalhadores que possuem capital igualmente em cada cooperativa. Essa visão sugere uma conjugação virtuosa entre cooperação, intra empresa, e competição, inter empresa (Brancaleone, 2020).

4.3 Críticas e Nuances Teóricas em termos do consistem na formação da economia solidária

As críticas ou nuances à tese da economia solidária como um novo modo de produção, e à aplicação irrestrita do conceito de autogestão visam o rigor teórico-metodológico e a falsa impressão sobre o próprio desenvolvimento das práticas sociais, sob o risco de uma visão romantizada e, ao mesmo tempo, ufanista, o que não contribui para o debate, posto assentar-se em pressupostos superdimensionados.

Gaiger (2003) argumenta que a ES se localiza no âmbito das relações de produção existentes no modo de produção capitalista, como uma contradição que promove a crítica das próprias relações de produção desenvolvidas no âmbito das empresas e suas formas de exploração do trabalho, isto é, do usufruto do trabalho não pago, seja por processos de mais valia absoluta ou mesmo da mais valia relativa; a primeira pela expansão da jornada de trabalho e a segunda pela intensificação via uso de tecnologias que aumentam a produtividade.

A economia solidária surge na vaga das crises das dinâmicas de subalternização e precarização, ou mesmo desemprego e subemprego, portanto trata-se de uma alternativa criada pelos próprios trabalhadores, como alternativas a crises cíclicas da economia capitalista, que para a economia neoclássica da elasticidade e inelasticidade do mercado de trabalho.

Assim, entende-se que a economia solidária se forja em meio às contradições e instrumentalização da economia capitalista, portanto, uma crítica concreta às relações de produção capitalista, pois a autogestão em empreendimentos solidários, embora uma ação transformadora internamente aos empreendimentos econômicos solidários, está sujeita às pressões do mercado capitalista, como a necessidade de produtividade competitiva e a própria

necessidade de assimilação da base técnica capitalista. Por essa razão as críticas apontam para essa coexistência, o que pode levar à instrumentalização da ES como estratégia adaptativa do capitalismo para gerenciar a pobreza ou para precarizar direitos trabalhistas.

Cassio Brancaleone (2020) e José Henrique de Faria (2017), por exemplo, têm procurado enfatizar que há distorções conceituais e nas práticas de autogestão. Eles argumentam que a autogestão, em seu sentido original, é um projeto antissistêmico e revolucionário de superação do capitalismo, visando a uma transformação completa da sociedade em todas as suas esferas (econômica, política, social, jurídica). Nesse sentido, a autogestão não é apenas uma "gestão mais democrática ou participativa" de empresas, mas sim "autogoverno dos produtores associados" (Brancaleone, 2020).

Faria (2017), nessa démarche mostra que as Organizações Coletivistas de Produção Associada (OCPA) propõe a denominação dos empreendimentos com características autogestionárias, uma vez que operam dentro do sistema capitalista e não constituem em uma autogestão plena ou social, uma vez que está em sua plenitude só é possível em uma outra ordem sociometabólica, ou seja, em um novo modo de produção societal e autogestionário.

Para Faria (Idem), ainda, a ausência de ruptura fundamental inscrevem as iniciativas de ES como solução imediata dos trabalhadores livremente associados, em resposta ao desemprego e à necessidade de geração de renda, e não como uma ruptura com o modo de produção capitalista, o que leva a crítica a ideia de "economia plural", argumentando que a pluralidade de formas de organização do trabalho, sob o capitalismo, não implica pluralidade de comportamentos econômicos fora da lógica de mercado, além disso, ele aponta que muitas iniciativas de ES são impulsionadas por intelectuais, militantes ou instituições religiosas, e não exclusivamente pela iniciativa dos trabalhadores.

Silva (2020) trata de entender a localização dos empreendimentos econômicos solidários no campo produtivo da sociedade capitalista, particularmente, observa que a proliferação de iniciativas solidárias, muitas vezes, se concentra em empresas falidas ou em ações de contenção da extrema pobreza (como as cooperativas de catadores), o que levanta questionamentos sobre seu potencial disruptivo em larga escala

4.4 Bem Viver como Horizonte Alternativo da economia solidária

A economia solidária na emergência do mundo andino e amazônico tem procurado assentar-se no conceito de Bem Viver (Buen Vivir), o qual oferece uma perspectiva holística e crítica ao produtivíssimo e consumismo desenfreados do capitalismo.

O Bem Viver propõe a construção de outra sociedade baseada no equilíbrio, harmonia e convivência entre os seres humanos e com a Natureza, superando a lógica de acumulação material permanente, e procura ressaltar às práticas invisíveis das populações locais que estão baseadas em hábitos e costumes ancestrais de convivência pacífica e harmônica com a natureza, pois antes de tudo o homem é natureza-naturada, e se esquecem dessa condição primeira de sua existência.

Acosta (2014) se posiciona na compreensão de que a economia solidária se constitui como uma alternativa ao desenvolvimento convencional, portanto uma economia diferente, que não se restringe a produção de artefatos e produção voltados exclusivamente à comercialização, tendo em vista estar assentada em princípios como solidariedade, sustentabilidade, reciprocidade, complementaridade, responsabilidade, integridade, suficiência, diversidade cultural, equidade e democracia. O Bem Viver impulsiona a transição para um horizonte pós-capitalista, promovendo uma mudança de visões antropocêntricas para sócio biocêntricas e incentivando o "autocentramento", que fortalece espaços comunitários e o desenvolvimento de forças produtivas endógenas.

Nesse contexto, a economia solidária, com sua ênfase na autogestão e na colaboração, alinha-se com o ideário do Bem Viver, que busca transcender o crescimento econômico ilimitado como finalidade (Acosta, 2014).

4.5 Desafios e Potencialidades na Prática da economia solidária

Apesar dos debates teóricos e das pesquisas empíricas sobre os empreendimentos de economia solidária (EES), no Brasil essas experiências revelam uma natureza heterogênea desses empreendimentos e dos enfrentamentos em termos dos desafios estruturais.

Os EES buscam viabilidade econômica, mas a percepção de seus associados frequentemente prioriza aspectos sócio-organizacionais, como a integração do grupo através do trabalho coletivo e o exercício da autogestão e democracia, sobre ganhos financeiros diretos. (Silva, 2020).

No entanto, a cooperação internalizada na esfera do trabalho pode propiciar fatores adicionais de eficiência e dignidade. O processo de autogestão é um esforço contínuo, sendo mais um ponto de chegada do que de partida. O apoio de entidades de apoio e fomento (EAFs) e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs), muitas vezes ligadas a universidades, é fundamental para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos EES.

Essas incubadoras promovem qualificação profissional, assessoria em planejamento e planos de negócios, assistência técnica e formação sociopolítica, atuando como "laboratórios"

para a autogestão. Elas também impulsionam a inovação social e a criação de tecnologias sociais que atendem a necessidades sociais, valorizando a cooperação e a solidariedade, e muitas vezes geram conhecimentos e artefatos que vão além da lógica de mercado (Silva, 2020).

Assim, “as trocas de conhecimentos e vivências concretas favorece o diálogo entre universidade e comunidade por meio de uma linguagem acessível e descodificada do tecnicismo acadêmico-científico, ainda muito presente nas salas de aula dos cursos universitários regulares” (Eid, 2002, p.19). Para esse autor, é na construção de saberes no âmbito dessa troca entre pesquisadores e empreendimentos solidários que se dá um processo de cooperação autêntica entre a academia com seus conhecimentos científicos e os empreendimentos econômicos solidários que são portadores e criadores de conhecimentos “... gestados no cotidiano da vida em sociedade e que todos são capazes de um diálogo aberto, visando articular o pensamento e fala na ação e na reflexão” (Eid, 2012).

A economia solidária também se expressa como um movimento social plural, composto por identidades distintas conectadas por princípios comuns de organização econômica e reprodução social. Esse movimento tem interagido ativamente com o poder público, buscando reconhecimento e políticas públicas de apoio, exemplificado pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003 e pela realização de Conferências Nacionais de Economia Solidária. Os pontos fortes desses esforços incluem o fortalecimento das políticas públicas de ES e a proposição de abordagens inovadoras (Silva, 2020).

5 Considerações Finais

O artigo evidencia a importância das incubadoras universitárias no apoio aos empreendimentos solidários em termos da contribuição ao desenvolvimento territorial, embora, como tratou-se anteriormente existem outras modalidades de incubadoras, ressalta-se as universitárias em função de suas atividades integrarem ensino, pesquisa e extensão, com formação de profissionais em níveis técnicos, de graduação e pós-graduação, com ações efetivas no interior e construídos na relação direta e partícipes dos trabalhadores livremente associados aos empreendimentos de economia solidária.

Ao longo da exposição, demonstrou-se como estas entidades representam um espaço crucial de apoio e fomento à economia solidária, atuando como mediadoras na construção de uma nova economia, tendo em vista que o trabalho das incubadoras se revela fundamental para a organização e viabilidade econômica dos empreendimentos solidários (EES), oferecendo assessoria e capacitação técnica essenciais. Elas promovem a articulação entre universidade e sociedade, integrando ensino, pesquisa e extensão às necessidades dos setores populares.

Esse apoio multifacetado abrange aspectos formativos, organizativos e produtivos, que contribui diretamente para a geração de trabalho e renda e para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento local baseadas na solidariedade, além dos impactos econômicos, os achados sugerem que o apoio das incubadoras impulsiona transformações sociais importantes, como a participação democrática, a cooperação e a melhoria das condições de trabalho nos EES (Gadotti, 2009).

Apesar dos desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários, como questões estruturais, dificuldades de formalização e acesso a mercados, as incubadoras se posicionam como entidades de suporte essenciais para superar estas barreiras e promover a consolidação dos EES e de suas redes. Elas adaptam metodologias à realidade destes grupos sociais incubados, contribuindo para a gestão democrática e o planejamento estratégico.

Assim, embora tenhamos identificados diferentes modalidades de incubadas, como as universitárias, as de empresa, as constituídas por instituições governamentais, neste artigo, priorizaram-se às incubadoras universitárias que agem em processos de cooperação e intercooperação com o poder público local e com os movimentos sociais, reforçando o potencial dessas atores-chave no desenvolvimento territorial (Gaiger, 2013).

Para futuras ações, é pertinente aprofundar o estudo sobre a sustentabilidade a longo prazo das experiências incubadas e de suas capacidades de replicação das metodologias em diferentes contextos territoriais, tendo em vista que estas dependem da obtenção de recursos via chamadas públicas, os quais são pontuais e dependem dos governos em seus momentos conjunturais, visto que se tratam de ações de governo e não do estado.

As leituras dos autores tratados no artigo apontam para desafios importantes na construção da economia solidária e da necessidade de articulação em redes de EES, a fim de garantir espaços e formas mais eficazes de inserção na sociedade e nos mercados, pois as cadeias produtivas em que os empreendimentos de economia solidária estão inseridos mostram promissoras ao desenvolvimento territorial e a inclusão socioprodutiva dos trabalhadores inseridos nesses empreendimentos.

A necessidade de estudos sistemáticos sobre as experiências concretas dos empreendimentos de economia solidária, nesse sentido, foi um dos achados importantes, na análise dos autores citados como referências, considerando tanto a dimensão interna dos empreendimentos, quanto das articulações em rede de cooperação e intercooperação, isto é, das relações e articulações externas desses empreendimentos, para além de suas fronteiras internas e territoriais, tendo em vista aprimorar as estratégias de incubação e consolidar a economia

solidária, como um instrumento poderoso de combate à exclusão social e promoção do desenvolvimento territorial sustentável e igualitário (Gaiger, 2013).

Igualmente, a análise da efetividade das políticas públicas de apoio e a identificação de mecanismos de financiamento que considerem a lógica distinta da economia solidária constituem caminhos relevantes para pesquisas futuras e para o fortalecimento contínuo deste campo, o que se considerou como *insights* valiosos.

6 Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para se imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2014.

ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa; OLIVEIRA, Thaís. **Outra inovação é possível: a relevância do PRONINC e a consolidação das ITES como espaço de desenvolvimento tecnológico**. In: SILVA, Sandro Pereira (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2020. p. 207-240.

BARBOSA, M. J de S; EID, Farid. Formação Profissional para atuar com Empreendimentos Solidários na Região Amazônica. In: Universidade, Comunidade e Associativismo: experiências de extensão, pesquisa e ensino na ITCPEs da UFPA. Belém: ISCA/UFPA, 2012.

BARBOSA, Maria José de Souza. Desenvolvimento Rural e Economia Solidária: estratégia de sustentabilidade sob processo de intercooperação Espanha e Brasil na Microrregião do Baixo Tocantins Amazônia Brasileira. In: **Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos solidarios**. Espanha/Alicante: EU, 2012a.

_____. **A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA: um campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão**. In: Educação e Sócio-Economia. Interação Universidade-Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Cáceres-MT: Editora Unemat. Vol. 2 – 2006b.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANCALEONE, Cassio. Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 301-336, maio/ago. 2020.

BRAZ, Celia Lucia do Rosário; CARDOSO, Onésimo Oliveira. Economia solidária e redes sociais: antigos fenômenos, novas feições. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 9, n. 17, p. 59-77, jul. 2013.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevidéu: Editorial PROCOAS, 2010.

EID, Farid. Economia Solidária, Desenvolvimento Organizacional e Cooperativismo Rural In: **Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos**

solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil). Editora da Universidade de Alicante, Espanha, 2012, v.1, p. 29-54.

_____. **Metodologia de Incubação de Empreendimentos Solidários.** I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REDE UNITRABALHO, São Paulo, 2002.

FARIA, J. H. de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE.BR**, Curitiba. 15, n. 3, jul. 2017.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital.** Florianópolis: UFSC, 2011.

FRANÇA FILHO, G. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GADOTTI, Moacir. Educar para cooperação. *In:* GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

SILVA, Sandro Pereira. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. *In:* SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2020. p. 129-150.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas.** (Texto para Discussão, n. 2361). Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico *In:* KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005.